
A educação ambiental como ótica de análise frente às adversidades socioambientais do entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Environmental education as an analysis of the socioenvironmental adversities surrounding the National Park of the Chapada dos Veadeiros

La educación ambiental como óptica de análisis frente a las adversidades socioambientales en el medio ambiente del Parque Nacional de Chapada dos Veadeiros

Alessandro Silva de Oliveira

Instituto Federal de Goiás
alessandrooliveiraifg@gmail.com

Agustina Rosa Echeverría

Universidade Federal de Goiás
agustina@burturbo.com.br

Resumo

Este trabalho é um estudo de caso que foi desenvolvido na Vila de São Jorge localizada no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) em Goiás. A população, formada basicamente por ex-garimpeiros, vive submetida às situações de difícil sobrevivência para a maioria. Essas são exemplificadas por acentuadas desigualdades socioeconômicas entre os nativos e os empresários do turismo na região e por precariedades nos serviços essenciais que resultam em um quadro hostil de vida na área natural de proteção ambiental. Considera-se que a intervenção da população nas esferas de decisão pública poderia contribuir para a constituição de melhores condições, porém essa iniciativa é baixa e quase inexistente no povoado. No estudo, que resulta de pesquisa de doutorado, foram investigados, pela ótica da educação ambiental crítica, aspectos relacionados às concepções e atuação dos sujeitos que favoreciam mais a participação dessa comunidade no contexto da vida social. Refere-se a uma pesquisa de cunho qualitativo, em que quarenta e quatro pessoas contribuíram cedendo entrevistas. A análise foi feita empregando o método da Análise de Conteúdo, por meio da técnica da categorização. Concluímos que os aspectos favoráveis a mais participação dos sujeitos são reduzidos, mas podem ser ampliados a um maior número

de pessoas da Vila nas esferas de decisão pública, o que favoreceria melhores condições de vida no entorno da área natural protegida.

Palavras-chave: Educação ambiental. Área natural protegida. Desigualdades sociais.

Abstract

This work is a case study that was developed in the village of São Jorge, located around the Chapada dos Veadeiros National Park (PNCV), in Goiás. The population, basically formed by ex-garimpeiros, lives in situations of difficult survival for the majority. These are exemplified by marked socioeconomic inequalities between the natives and tourism entrepreneurs in the region, and by precarious essential services that result in a hostile living environment in the natural area of environmental protection. It is considered that the intervention of the population in the spheres of public decision-making could contribute to better conditions, but this initiative is low and almost non-existent in the town. The study, which is the result of doctoral research, investigated aspects of the conceptions and actions of the subjects that favored greater community participation in the context of social life from the point of view of critical environmental education. The collection of data was carried out using instruments suggested for qualitative research. Forty-four people contributed with interviews, and the analysis was done using the Content Analysis method, through the technique of categorization. We concluded that the aspects favorable to more participation of the subjects are reduced, but can be extended to a larger number of people from the Vila in the spheres of public decision, which would favor better living conditions around the protected natural area.

Keywords: Environmental education. Protected natural area. Social inequalities.

Resumen

Este trabajo es un estudio de caso que fue desarrollado en la Villa de San Jorge localizada en el entorno del Parque Nacional de la Chapada de los Veadeiros (PNCV) en Goiás. La población, formada básicamente por exmineros, vive sometidas a situaciones de difícil sobrevivencia para la mayoría. Esas son afectadas, especialmente, por las desigualdades socioeconómicas entre los nativos y los empresarios del turismo en la región y por precariedades en los servicios esenciales que resultan en un hostil cuadro de vida en el área natural de protección ambiental. Se considera que la intervención de la población en los ámbitos de la decisión pública podría contribuir para la constitución de mejores condiciones, sin embargo, existe una baja iniciativa, incluso, inexistente en el pueblo. En el estudio, que resulta de investigación de doctorado, fueron investigados, por la óptica de la educación ambiental crítica, aspectos en las concepciones y actuación de los sujetos que favorecían la mayor participación de la comunidad en el contexto de la vida social. Se refiere a una investigación de naturaleza cualitativa, en que cuarenta y cuatro personas contribuyeron con entrevistas y el análisis fue hecho empleando el método de análisis de contenido, por medio de la técnica de categorización. Concluimos que los aspectos favorables de la mayoría de los sujetos participantes son reducidos, pero pueden ser ampliados a un mayor número de personas por la interacción de las asociaciones de la Villa en los ámbitos de la decisión pública, lo que favorecerían mejores condiciones de vida en el entorno del área natural protegida.

Palabras clave: Educación ambiental. Área protegida. Desigualdades sociales.

Introdução

Partimos da ideia de que já se reconhece, em vários âmbitos da sociedade, a gravidade dos problemas ambientais aos quais estamos submetidos e pelos quais somos os principais responsáveis. O consumo exacerbado de matéria-prima e produtos, o desaparecimento de espécies, a degradação dos ambientes e as negligências, como as que resultaram nos recentes desastres e no avanço da pandemia do Covid 19 no País, exemplificam parte desses problemas.

Trata-se de um cenário cuja crise não se restringe apenas à degradação dos sistemas biogeoquímicos do Planeta, mas que permeia as relações com o outro no ambiente. Uma crise de valores da sociedade, na qual recursos e pessoas foram subjugados a um modelo insustentável de civilização.

Diante desse panorama cabe perguntar: o que dizer de uma educação ambiental em tempos como estes? No mínimo, vale afirmar que somente informações sobre os componentes naturais do espaço e formação de posturas “ecologicamente corretas” são insuficientes e que, diante de tantas questões adversas da atualidade, faz-se necessária uma formação crítica das pessoas para seu enfrentamento.

Nesse sentido, a educação ambiental pode constituir-se como um processo capaz de fornecer subsídios para os desafios da vida contemporânea. O desenvolvimento das capacidades de identificar, problematizar e agir perante as condições de difícil sobrevivência poderia ser uma saída.

A constituição de posturas questionadoras, analíticas e atuantes é uma das principais finalidades desse processo, que pretende a constituição de pessoas capacitadas à intervenção nas circunstâncias que lhes dizem respeito. Sobretudo, naquelas que são indispensáveis à luta por melhores condições de vida, em que as desigualdades são acentuadas.

Neste panorama de desigualdades, que explicitam disparidades socioeconômicas entre as pessoas e faz-se necessária a luta por melhores condições de vida, vemos discutir o cenário de adversidades predominante na Vila de São Jorge, situada nas proximidades do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) no Estado de Goiás.

Assumimos que as próprias pessoas do povoado seriam as principais responsáveis pelas mudanças. E estas se dariam pela sua participação mais

efetiva nas situações que acarretam condições difíceis de sobrevivência em São Jorge. Com esta posição, propomo-nos a análise de aspectos nas visões e atuação dos sujeitos que seriam favoráveis a uma maior participação por parte deles. Isso posto, delineamos os pressupostos teóricos com os quais mantemos diálogo para a análise.

No campo da educação ambiental sempre é oportuno lembrar que prevalece uma polissemia de diferentes formas de pensá-la e praticá-la, que vão desde a transmissão de informações sobre os componentes do espaço à transformação das relações humanas. Dessa polissemia emerge a heterogeneidade de intenções que se situam em uma esfera de não neutralidade, com a materialização, consciente ou não, de perspectivas ideológicas variadas (SAUVÉ, 2005a, 2005b; CARVALHO, 2012; LOUREIRO, 2012).

Nos discursos da educação ambiental existe uma forte tendência a abordagens sobre as características naturais do espaço ou a degradação pela poluição. Essa visão conservadora expressa a crença de que, transmitindo informações sobre o ambiente, pode-se transformar o “comportamento incorreto” das pessoas. E que a somatória de indivíduos com comportamentos transformados seria a solução para a problemática ambiental, o que não é verdade (GUIMARÃES, 2011; LOUREIRO, 2012).

Leff (2010) considera que somente preocupações voltadas para os aspectos naturais mais contribuem para “ecologizar” o pensamento da sociedade, reduzindo a interpretação das questões socioambientais à descrição ou conservação dos sistemas naturais. Nesse sentido, Foladori (2001) aponta que perspectivas voltadas para essa dimensão promovem um deslocamento da visão sobre a problemática ambiental para entendimentos inseridos em uma ordem “natural”.

Assim, conceber a educação ambiental prioritariamente para a redução da degradação é o mesmo que reduzi-la a um instrumento de gestão dos espaços. As limitações e os riscos de equívocos tornam-se maiores quando visões fundamentadas nesses pressupostos desconsideram outras dimensões sociais. Dentre esses riscos são comuns a despolitização da visão e a ausência de posicionamentos críticos, que contribuem para que interesses hegemônicos se sobressaiam nos contextos sociais.

Isto posto, destacamos que os pressupostos da educação ambiental crítica guiam a ótica dessa análise. Adotamos esse referencial, por considerarmos que tal perspectiva toma o ser humano inserido no espaço de dimensões socioambientais; a vida em sua complexidade e a compreensão das questões ambientais não restritas apenas às dimensões naturais do espaço. Como sua proposta é desveladora e comprometida com a transformação dos contextos sociais, por meio dela seria possível formar pessoas capazes de identificar, questionar, propor soluções e agir frente às questões socioambientais.

Afirmamos, neste estudo, que são necessárias, entre as pessoas, perspectivas que, ao possibilitarem desdobramentos das relações, também favoreçam a identificação dos interesses e posicionamentos dos sujeitos nos locais onde vivem (CARVALHO, 2005; JACOBI, 2003; GUIMARÃES, 2007; LOUREIRO, 2012; PORTO-GONÇALVES, 2004; REIGOTA, 2009).

Nessa perspectiva, a informação é um dos principais meios na construção de conhecimentos, pois possibilita às pessoas aproveitar melhor as oportunidades, exercer seus direitos, reivindicar a provisão de serviços, dentre outros exercícios de cidadania (SAITO, 2000; GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2012). Associado a isso, os contextos sociais apresentam elementos que podem ser identificados e potencializados no sentido de favorecer o empoderamento dos sujeitos (NARAYAN, 2003).

Empoderamento¹ aqui é entendido como um processo dinâmico que visa aumentar a autonomia das pessoas em seus contextos sociais. Geralmente, refere-se a indivíduos ou grupos submetidos a condições de opressão e vulnerabilidade social. Neles, procura-se o desenvolvimento de uma visão

¹ Sobre o empoderamento, é importante destacar, inicialmente, que se trata de uma categoria que possui um caráter polissêmico e complexo. Em consonância com as ideias de alguns autores (Friedmann, 1992; Narayan, 2002; Romano, 2002; Gohn, 2004; Horochovski; Meirelles, 2007; Wendausen; Kleba, 2009; Baquero, 2012), pensamos em empoderamento como um processo dinâmico, que busca aumentar a autonomia das pessoas em seus contextos sociais. Geralmente refere-se a indivíduos ou grupos submetidos a condições de opressão e vulnerabilidade social. Neles, procura-se o desenvolvimento de uma visão crítica e posicionamentos ante às questões sociais. Corresponde a um processo no qual as pessoas conquistam condições que lhes permitem ter influência, capacidade de ação e decisão em seus contextos sociais.

crítica e de posicionamentos diante das questões sociais (FRIEDMAN, 1992; NARAYAN, 2003; ROMANO, 2002; GOHN, 2004; BAQUERO, 2012).

Segundo Gohn (2004), pelo empoderamento pode-se ter o impulso de grupos e comunidades na direção de sua autonomia, com melhoria gradual das suas condições socioeconômicas. Com o alargamento do campo de escolha e ação, os sujeitos podem ter um aumento da autoridade sobre os recursos e decisões que afetam a própria vida.

Dessa forma, o empoderamento refere-se ao processo que permite às pessoas construir condições para ter influência, capacidade de ação e decisão. Este processo se dá no desenvolvimento das capacidades dos sujeitos para arbitrar sobre questões que lhes dizem respeito. E estas, por sua vez, podem ser desenvolvidas também pela educação ambiental crítica. A par disso, a própria participação/ação dos sujeitos em seus contextos sociais levaria ao empoderamento (FRIEDMAN, 1992; NARAYAN, 2003).

A partir dessas conjecturas nos propomos pela ótica da educação ambiental crítica, analisar os aspectos nas concepções e atuação dos sujeitos que favoreciam a mais participação da comunidade no contexto da vida social em São Jorge.

O contexto sócio histórico de São Jorge

No Brasil existem várias situações conflituosas ou de vulnerabilidade social nas quais se faz necessária a participação das pessoas. Neste trabalho, focalizamos os contextos sociais das comunidades no entorno de áreas naturais protegidas, em específico o da Vila de São de Jorge nas proximidades do PNCV, cujo contexto sócio histórico é delineado neste tópico.

A localização geográfica do estudo está representada na Figura 1. O lócus da pesquisa, a Vila de São Jorge, é um povoado formado basicamente por ex garimpeiros de quartzo (AGETUR, 2019). Localizada a menos de dois mil metros da entrada do PNVC (Figura 2), o povoado teve início com a aglomeração de pessoas no local, atraídas pela possibilidade de melhoria nas condições de vida através das atividades do garimpo.

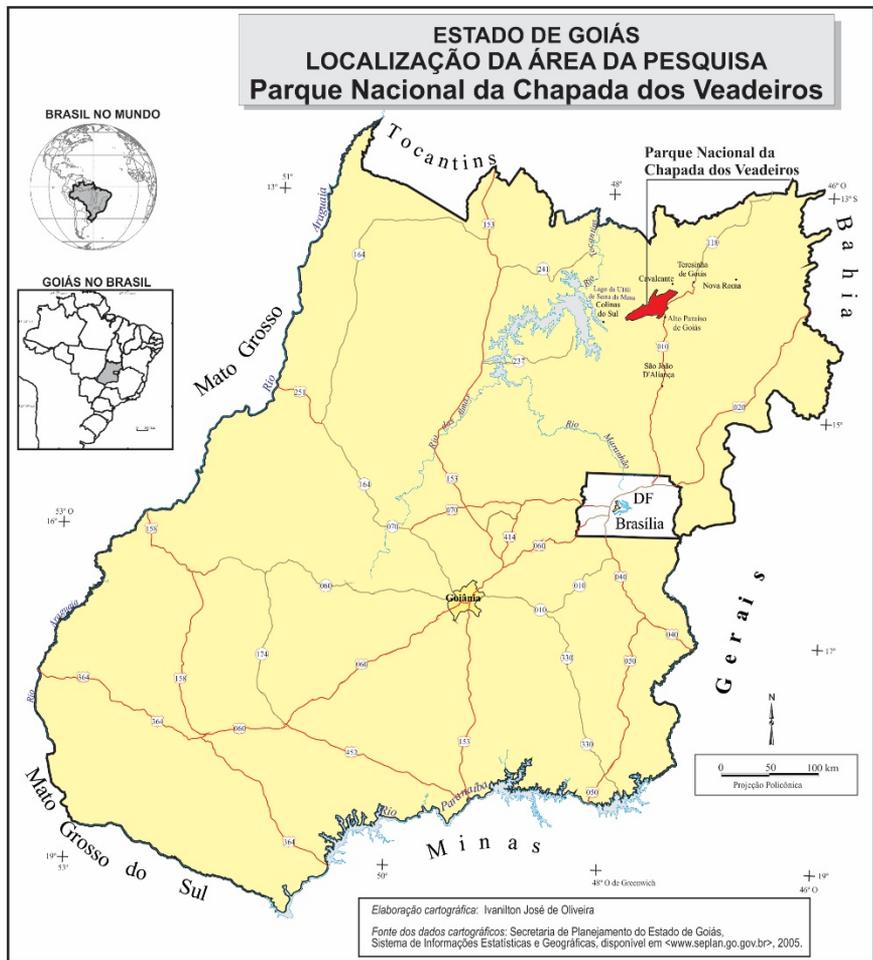


Figura 1 - Localização geográfica da área da pesquisa, no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás

Fonte: Dados de Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Elaboração cartográfica: Ivanilton José de Oliveira.

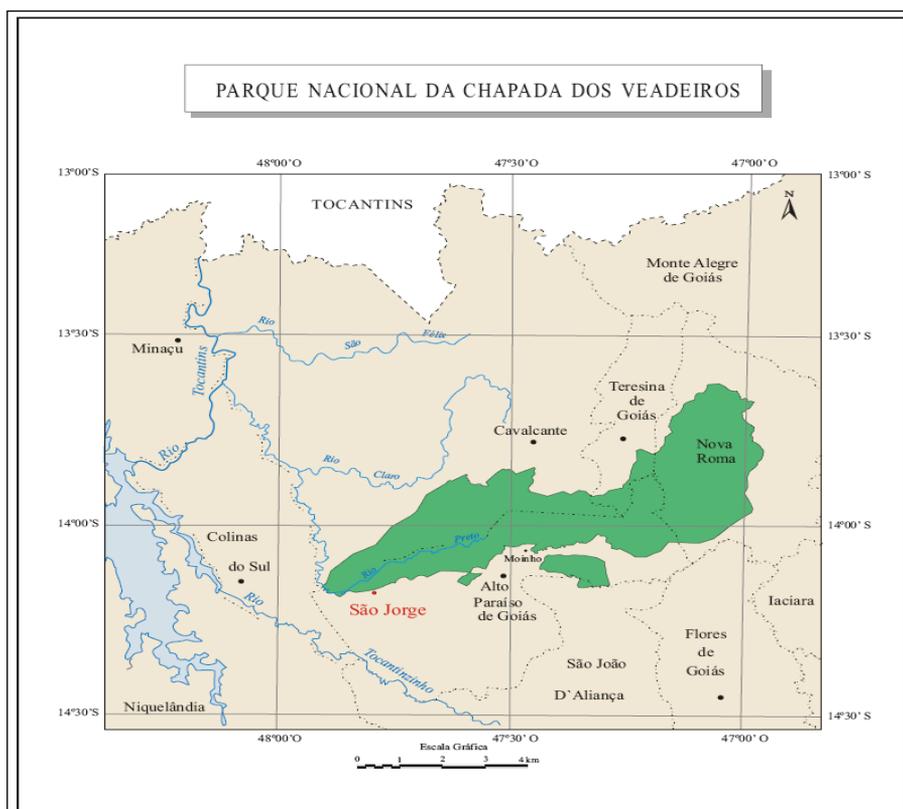


Figura 2 - Localização da Vila de São Jorge, no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Fonte: Observatório Geográfico de Goiás – IESA. Elaboração Digital: Wagneide Rodrigues e Loçandra B. de Moraes.

Na condição de garimpeiros de cristal, essas pessoas foram abrindo caminhos, trilhas e construindo ranchos, dando origem a “povoados” diversos, que surgiram e desapareceram em meio ao cerrado. De um desses povoados nasceu a Vila de São Jorge, cuja origem remonta, segundo Almeida *et al.* (2007), a 1912, de um acampamento chamado Garimpão, denominado posteriormente de Baixa dos Veadeiros e batizado, em 1954, como Vila de São Jorge. Em 1996, o povoado tornou-se distrito de Alto Paraíso de Goiás.

Nesse cenário notam-se dificuldades de sobrevivência para a maioria da população, que são decorrentes principalmente, das relações que foram instituídas no local e acentuadas com a chegada de empresários do turismo; da

marcante desatenção política dos órgãos de gestão do município; e de uma baixa articulação dos sujeitos para fazer frente às situações adversas à vida no povoado e para mudanças nesse quadro social.

Historicamente, as dificuldades para a sobrevivência são as características mais marcantes do quadro social de vida da população. Com a invenção do cristal sintético na década de 1960, o garimpo entrou em crise e a extração de flores secas do cerrado se tornou a principal atividade econômica de subsistência desses sujeitos (SARAIVA, 2006).

A delimitação da área do Parque, iniciada em 1961, acarretou profundas alterações no modo de vida da comunidade (DOMICIANO & OLIVEIRA, 2012). A sobrevivência tornou-se ainda mais difícil pela proibição total de atividades relacionadas ao garimpo e pela restrição da agricultura de subsistência com a expropriação da posse da terra, concluída no final da década de 1980 por ocasião da demarcação da área do PNCV.

Muitos homens e mulheres entrevistados para esta pesquisa eram crianças naquela época e outros já eram adultos. Foi comum, nas falas de muitos, o relato sobre a fome enfrentada, os conflitos entre os garimpeiros, a violência física, a morte e o desaparecimento de pessoas nesse período.

O turismo foi proposto, na década de 1980, como uma alternativa para a decadência comercial do cristal e a proibição das atividades de garimpo. De imediato, os garimpeiros tornaram-se guias de turismo e algumas de suas mulheres abriram pequenas pousadas e restaurantes. Logo, desde a década de 1980, os moradores da Vila foram envolvidos, direta ou indiretamente, nas atividades turísticas (LIMA, 2013).

O entorno do Parque possui grande potencial turístico pelos atrativos, compostos por sítios arqueológicos, águas termais, formações rochosas, saltos, corredeiras e espaços de beleza cênica. Estes poderiam ser utilizados para estruturar atividades que colaborassem para melhorias nas condições socioeconômicas da maioria daqueles que vivem no entorno do PNCV.

Porém, prevalece, no quadro social da Vila, uma série de vantagens dos “chegantes” sobre os “nativos”.² Por exemplo, os chegantes conseguem

² Atualmente, na Vila, são bastante utilizados os termos “nativos” e “chegantes”. A palavra “nativo” é empregada para identificar as pessoas que têm sua origem relacionada ao garimpo e “chegante” para designar aquelas que escolheram o local para viver ou abrir algum negócio

oferecer aos turistas serviços e opções de acomodação que diferem significativamente dos estabelecimentos dos nativos. Também ofertam melhores preços e opções de alimentação aos turistas, dada sua logística para a aquisição de *commodities* e as facilidades de estocagem. Os “chegantes” conseguem, ainda, oferecer passeios turísticos mais diversificados e de melhor qualidade.

Além dessas circunstâncias, o fato de os empresários “chegantes” serem, em sua maioria, de Brasília, colabora para que tenham contatos políticos que favorecem tanto a divulgação de seus estabelecimentos quanto a ocupação das pousadas nas altas temporadas. Nos próprios meios de divulgação turística do estado, nota-se um destaque para os estabelecimentos cujos proprietários possuem essa origem.

Todo esse contexto acentua as desigualdades socioeconômicas entre os empresários “chegantes” e a maioria da população da Vila. Isso, em conjunto com a pouca organização das pessoas para fazer frente a esse quadro, corrobora para a manutenção de condições econômicas difíceis para a sobrevivência das pessoas da comunidade³ em São Jorge.

Essa conjuntura é agravada pela desatenção dos órgãos políticos para com o povoado. Até o ano de 2020, a Vila não apresentava calçamento nas ruas. A iluminação pública, que surgiu parcialmente em 1997, ainda inexistia em várias partes de São Jorge. Não há bancos, caixas eletrônicas ou postos de combustível no local.

Os serviços básicos são ofertados para a comunidade com precariedade ou inexistem. Não há hospitais em São Jorge e os atendimentos emergenciais ocorrem na farmácia. A educação é ofertada somente para as crianças no nível fundamental e é alto o analfabetismo na Vila. A segurança é realizada

relacionado ao ecoturismo. Os nativos são geralmente guias de turismo, donos de pequenos atrativos turísticos ou proprietários de estabelecimentos modestos; já os chegantes são principalmente ricos empresários, donos de agências ou pousadas e restaurantes sofisticados em São Jorge.

³ Cabe destacar, aqui, que chamamos de pessoas da comunidade o grupo formado pelos nativos e seus descendentes que vivem no povoado. Também inserimos, nesse conjunto, aqueles que vieram de outros locais, os quais, diferentemente dos empresários chegantes, assumem uma identidade com os nativos, estabelecem vínculos afetivos com eles e compartilham dos ideais de melhores condições de vida para a maioria.

apenas esporadicamente por viaturas enviadas de Alto Paraíso de Goiás. Todas essas situações acarretam prejuízos à sobrevivência das pessoas desse local e influenciam na constituição de condições sociais, econômicas e políticas adversas à vida desses sujeitos.

É certo que muitas situações de vulnerabilidade social dessas comunidades decorrem da baixa participação e do pouco empoderamento dos sujeitos nas questões que constituem a vida social. Uma maior participação possibilitaria aos sujeitos tomar parte nas ações e decisões em seu contexto. O aumento de sua influência nas resoluções dos problemas, em benefício da maioria, contribuiria para o empoderamento nas questões sociais. E, para tanto, é fundamental objetivar transformações coletivas e não apenas individuais.

Por conseguinte, decidimos analisar, pela ótica da educação ambiental crítica, aspectos presentes nas concepções de meio ambiente, nas concepções/práticas de educação ambiental e nos interesses/e participação dos sujeitos que favoreceriam a mais participação destes no contexto socioambiental do povoado nas proximidades do PNCV.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

A pesquisa corresponde a um estudo de caso que foi desenvolvido com visitas a campo, em períodos intermitentes, durante três anos. Foram realizadas dezenove visitas, com permanência no *locus* de investigação entre quatro e 22 dias.

Participaram diretamente do estudo 44 pessoas. Na definição dos participantes consideramos aqueles que fazem parte do cotidiano do povoado e delimitamos seis grupos a partir dos principais papéis socioeconômicos na comunidade: Guias de Turismo (GT), Proprietários de Pousadas (PP), Proprietários de Agências de Turismo (PAG), Proprietários de Atrativos Turísticos (PAT), Formadores de Opinião (FOP) e de Agentes Políticos Oficiais (APO).

A coleta de dados foi feita mediante observação, com anotações em diário de campo, registro por fotografias, consulta em documentos e informações

do acervo do PNCV sobre aspectos sócio históricos da região e por meio de entrevistas semiestruturadas (BOGDAN & BIKLEN, 1994; FLICK, 2017).

Para a análise dos dados, escolhemos o método da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e utilizamos a técnica da categorização. A análise permitiu levantar três categorias: concepções de meio ambiente (categoria 1.0), concepções/práticas de educação ambiental (categoria 2.0) e interesses/participação dos sujeitos (categoria 3.0).

Resultados e discussão

Os resultados e discussão do estudo sobre as concepções e ações relatadas pelos sujeitos da Vila de São Jorge são embasados nas perspectivas críticas da educação ambiental em diálogo com o conceito de empoderamento. Inicialmente dialogamos acerca das concepções de meio ambiente e concepções/práticas de educação ambiental. Posteriormente apresentamos o que foi apreendido sobre os interesses e a participação dos sujeitos.

Sobre as concepções de meio ambiente dos sujeitos

De início, é importante destacar que, em nosso estudo, consideramos que as concepções de meio ambiente condicionam as formas de interação estabelecidas pelas pessoas com/no seu espaço e influenciam seus interesses e ações (PORTO-GONÇALVES, 2004; SAUVÉ, 2005a).

Na análise surgiram diversas visões de ambiente, categorizadas em concepções, com fundamento nas definições tipológicas de Sauvé (2005, b).⁴

No estudo, 26 pessoas (59%) apresentaram a concepção de meio ambiente como recurso. Representamos a ocorrência dessa e outras visões no Gráfico 1. Acerca desse resultado, chamamos a atenção para o fato de que

⁴ As categorias de meio ambiente foram definidas pelas unidades de registro e contexto que emergiram nas comunicações dos entrevistados. São as seguintes: como recurso – que pode ser deteriorado e degradado; como lugar para se viver – nosso ambiente do cotidiano na escola, nas casas, na vizinhança, no trabalho e no lazer; como biosfera – diz respeito a uma concepção de interdependência, que busca o pertencimento e harmonia dos seres humanos com os demais seres vivos.

sete participantes manifestaram visões híbridas de meio ambiente, como recurso e projeto comunitário, conforme apresentado:

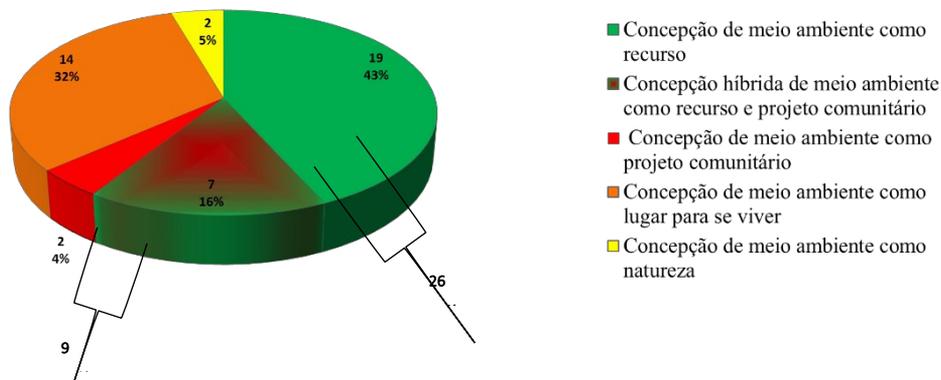


Gráfico 1 - Conceções de meio ambiente entre os sujeitos de São Jorge

Fonte: dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

A frequência das unidades de registro e contexto nas comunicações corrobora para a inferência de que predomina entre os sujeitos a visão de ambiente como recurso, como pode ser verificado nos turnos a seguir:

[1] [...] é o nosso **ganha-pão!** Se eu não **tiver interesse em preservar** [...] daqui uns dias eu vou **vender o quê?** [...]. (PAG₂)

[2] **Nós dependemos** da natureza **pra viver**. [...] Senão **vai faltar** até **o alimento pra sobreviver no futuro**. (GT₂). [Grifo nosso].

Estas falas que remetem às ideias de dependência e “cuidados” com o ambiente, na verdade, explicitam visões de subserviência da natureza ao ser humano, como exemplifica a fala do PAG₂ no turno (1). Consideramos que estas perspectivas que constituem uma visão reducionista de espaço e interações, abstraídas das múltiplas relações sociais, econômicas e políticas, pouco contribuem para a intervenção das pessoas em sua conjuntura social (PORTO-GONÇALVES, 2005).

A visão reducionista, percebida fortemente na concepção de recurso, é um aspecto negativo para que haja mais participação das pessoas nas situações que implicam a necessidade de identificação das dificuldades vividas em seu espaço, assim como de análise e de ação perante elas. Além de não favorecer a identificação de fatores que acarretam as dificuldades de sobrevivência em São Jorge, essa visão, que emerge predominantemente no GGT, grupo mais vulnerável socialmente em São Jorge, também remete à crença de que apenas “cuidados” com os espaços naturais são suficientes para a qualidade de vida e a manutenção desta hoje e no futuro.

Concordamos que perspectivas que não levam em conta a dialética das relações na sociedade pouco propiciam questionamentos sobre as interações que nela se estabelecem (GUIMARÃES, 2004; CARVALHO, 2001; PEDRINI, 2011; LOUREIRO, 2012). Sobre as ideias predominantes entre os guias de turismo (GT), atentamos para o fato de que elas contribuem para entendimentos simplistas dos processos sociais, restritos às dimensões naturais dos espaços.

É importante destacar que esses participantes vivem em moradias precárias e atualmente enfrentam dificuldades para alimentar-se. Tais circunstâncias nos parecem aceitos como dados, se considerarmos a baixa intervenção dessas pessoas em busca de uma vida melhor. Durante as observações, não percebemos o envolvimento do GGT em questões que pudessem beneficiar os moradores dessa Vila.

Posturas como essas, de baixa articulação para promover uma vida melhor, resultam de visões reducionistas. Nossa compreensão é a de que, sem o desdobramento das relações em suas dimensões social, política e econômica, dificilmente se terá a efetiva participação das pessoas em circunstâncias que poderiam trazer benefícios para o coletivo (Loureiro, 2012).

A ausência de organização para reivindicações também se relaciona a essa visão reducionista, uma vez que não possibilita a explicitação dos fatores de interferência na constituição de quadros sociais adversos. Como os GT não reconhecem o ambiente como um espaço socialmente construído, eles encontram dificuldades para a identificação, análise e atuação em situações mais amplas e complexas, como foi a suspensão da

obrigatoriedade de GT no Parque, que ocorreu em 2013 (PORTO-GONÇALVES, 2004; REIGOTA, 2009; SAUVÉ, 2005a).

Visões de ambiente como um espaço social foram apreendidas nas falas de nove pessoas (20%), que consideram o meio ambiente como o espaço das interações humanas:

[3] [...] É o meio onde você estabelece **uma relação com as outras pessoas**, enquanto seres humanos. (FOP₁).

[4] [...] É o meio em que **a gente vive em sociedade**. (FOP₁₂).

Aprendemos nas falas desses sujeitos que eles não concebem o meio ambiente apenas como um local de subserviência ao homem, mas sim como o espaço constituído por interações que contemplam dimensões sociais, políticas e econômicas inerentes às relações do ser humano com/no espaço.

Esses sujeitos também explicitam as dificuldades existentes no ambiente quando mencionam ocorrências, nas proximidades do PNCV, que constituem esse contexto. A fome, a terceirização de serviços no Parque, as responsabilidades com as pessoas desse lugar e o pouco envolvimento dos órgãos oficiais com a Vila são apontados em suas falas:

[5] [...] tem comunidades aqui em volta do parque **passando fome**. Então precisava de um **encontro do governo**, do **ICMBio**, da **prefeitura**, e **da comunidade** [...] ter **mais essa integração**. Eles vir aqui, conversar e ouvir as pessoas. (PP₄).

Este reconhecimento da natureza complexa e conflituosa das relações no lugar é um aspecto favorável a mais participação das pessoas da comunidade. São visões que não desconsideram a conjuntura social de São Jorge. Como estão voltadas para as condições de vida no entorno do PNCV, podem colaborar para a ampliação do campo de visão sobre as situações adversas no povoado.

A perspectiva dialética de percepção das relações é fundamental nessas ideias que pressupõem posturas de questionamento e de análise das interações que se estabelecem no lugar. Delas surgiram em várias falas o

reconhecimento sobre a necessidade de mais participação e de “espaços” para a discussão e decisões dos sujeitos, relativas aos problemas da comunidade.

Acreditamos que as propostas de discussão que emergem relacionadas à concepção de meio ambiente como projeto comunitário e o reconhecimento sobre a necessidade de mais participação favoreceriam a intervenção dos sujeitos na Vila. Esses aspectos, conjugados, poderiam instrumentalizar as pessoas para uma prática de transformação de seu contexto social de vida (SAITO, 2000; GUIMARÃES, 2004).

Cabe-nos, contudo, assinalar que essa postura crítica e questionadora da conjuntura social de São Jorge apareceu em uma porcentagem relativamente baixa. No entanto, esse índice se refere a pessoas que, conforme mostra nossa pesquisa feita em documentos históricos no PNCV, tiveram/têm destaque de importância no cenário do povoado. Como foram protagonistas no desenvolvimento de propostas que incluíram a população, elas poderiam, por conseguinte, ser importantes catalisadores na articulação da comunidade (NARAYAN, 2003). Porém, é importante destacar que, se os contrapontos das relações não forem considerados, pouco irão contribuir para uma análise crítica delas.

Com base nessas reflexões, concebemos que existem poucos aspectos nas formas de pensar (e atuar) sobre o ambiente que estimulam o engajamento das pessoas na luta por uma vida melhor em São Jorge. Conquanto isso, acreditamos que, mesmo sendo reduzidas, trata-se de visões que se abrem ao questionamento das relações, possibilitando, assim, entendimentos que poderiam conduzir a ações para mais participação das pessoas nas ocorrências que tornam mais difíceis a sobrevivência da maioria nesse lugar.

Sobre as concepções/práticas de educação ambiental

Na análise das concepções e práticas de educação ambiental existentes entre os sujeitos de São Jorge, partimos do pressuposto de que elas se constituem em posicionamentos político-ideológicos e adquirem desdobramentos de acordo com os cenários nos quais se articulam.

As concepções e práticas no local podem influir para diferentes formas de atuação e acarretar implicações nas maneiras de pensar e atuar sobre o ambiente (SAUVÉ, 2005a; 2005b). Assim, apropriando-nos da expressão

utilizada por Leff (2010), cremos que tais concepções e práticas podem contribuir para o que se denomina “ecologização do pensamento” das pessoas do lugar ou para a possibilidade de explicitação das contradições que constituem os contextos de São Jorge.

A nossa análise sobre as concepções e práticas existentes entre os sujeitos⁵ revelou que sustentabilidade foi a que se destacou, dentre as demais concepções/práticas (a holística, a crítica e a naturalista) em educação ambiental (Gráfico 2).

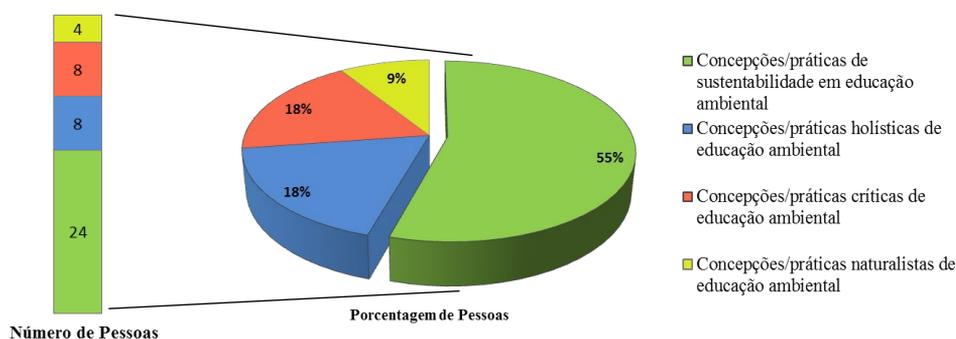


Gráfico 2 - Concepções/práticas de educação ambiental entre os sujeitos de São Jorge

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

A visão que predomina entre os entrevistados pode ser exemplificada por trechos das comunicações dos participantes, como os que seguem:

[6] [...] educação ambiental **seria incentivar** o pessoal **a não ficar jogando lixo**, poluindo. (PAT₂).

[7] É educar o ser humano para ele ter noção dos conceitos de sustentabilidade. (PAT₅).

⁵ Entendemos as “concepções/práticas de sustentabilidade em educação ambiental” como aquelas que se fundamentam na ideologia da sustentabilidade, pela formação de posturas responsáveis; como “concepções/práticas holísticas em educação ambiental”, aquelas que se vinculam a ideologias de sensibilização aos espaços; como “concepções/práticas críticas em educação ambiental”, aquelas voltadas para o desenvolvimento de um sujeito crítico e participativo em seu contexto social.

Todos os 44 entrevistados afirmaram realizar práticas de educação ambiental em São Jorge e proximidades. Em relação a essas “práticas”, a vivência em campo permitiu-nos apreender que se trata de ações cotidianas que redundam basicamente no recolhimento de lixo, na limpeza das áreas públicas e em atividades de coleta seletiva. Por isso, detivemo-nos na análise apenas daquelas que estruturam processos de formação, tais como as realizadas pelos GT e as executadas nos projetos existentes em São Jorge.

As práticas realizadas pelos GT visam prioritariamente à formação de posturas para a conservação dos espaços, em específico do entorno do PNCV. Percebemos que os GT procuram despertar a atenção das pessoas nas trilhas para a importância da conservação dos lugares de visitação. Eles falam da importância das plantas medicinais, consequências dos desmatamentos e características dos solos, direcionando-se às necessidades de conservação.

É importante frisar que tais informações possuem o seu valor para conhecimentos relacionados ao espaço natural. Porém, concordamos com as observações de Pedrini (2005), de que práticas como as realizadas pelos GT, que enfatizam fatores de ordem física e biológica, podem favorecer mais entendimentos descontextualizados de seus âmbitos sociais.

No entanto, alguns pontos de vista, como os de Giordan e Souchon (1991), deixam entender que o conhecimento desses elementos é suficiente para o enfrentamento da problemática ambiental. Outras perspectivas, como as de Hungerford (1992), endossam essa visão quando afirmam que o desenvolvimento de habilidades de gestão favorece posturas engajadas com o contexto social.

Isso posto, afirmamos que práticas com essas características pouco contribuem para a reflexão sobre os dilemas sociais que permeiam a vida das pessoas. Em São Jorge, elas não favorecem nem mesmo a explicitação dos interesses que envolvem a própria conservação dos locais de turismo, e a principal contribuição das práticas do GGT para as pessoas que visitam o lugar são a sensibilização e o (re)conhecimento dos componentes naturais do espaço.

Na análise das concepções emergiram visões diferentes da concepção de sustentabilidade. 18% foram classificadas como concepções crítica de educação ambiental, identificadas pelo significado das mensagens:

[8] Educação ambiental não é só dentro do contexto da natureza, mas das relações humanas [...]. (FOP₁).

[9] Eu acho que a educação ambiental é pra se viver melhor. [...] resolver as questões sociais. (PP₃).

O (re)conhecimento do ambiente como parte das relações humanas, influenciado que é pelas dimensões políticas e econômicas, é importante, quando se desejam a participação e a intervenção em processos que dizem respeito a uma comunidade (FOLADORI, 2001; NARAYAN, 2003; COSTA & COSTA, 2014).

Assim, a construção de conhecimentos que favoreçam o enfrentamento na complexidade dos problemas contemporâneos se faz necessária (Dias, 2013). Por meio deles, poderia ser favorecida a maior participação das pessoas desse local (GUIMARÃES, 2004, 2007). Contudo, no caso das práticas dos GGT, limitadas ao desenvolvimento de noções de cuidados com o espaço natural, concluímos que elas pouco auxiliam para tais posicionamentos.

Na análise sobre as contribuições de práticas que podem auxiliar para a maior participação das pessoas, verificamos que os processos de formação pela educação ambiental, desenvolvidos com os habitantes de São Jorge, destinam-se a crianças e adolescentes. É o caso, por exemplo, de dois projetos – o Projeto “A Escola no Parque” e o Projeto “Turma que Faz” –, ambos realizados com as crianças do Vilarajo na faixa etária de 7 a 12 anos.

A observação permitiu-nos inferir que no primeiro prevalecem propostas de educação ambiental voltadas para o (re)conhecimento dos componentes naturais e a sensibilização pelo contato com a natureza. Já as abordagens do Projeto “Turma que Faz” se dão de forma contextualizada com a realidade local, com destaque para discussão sobre: a importância dos locais de turismo para a comunidade; o desaparecimento e o comércio ilegal de espécies da região; as possibilidades de utilização de recursos da flora na complementação da alimentação; e outros relacionados.

Estas atividades podem ser consideradas pouco significativas, se forem priorizadas as necessidades urgentes da Vila. No entanto, é importante destacar que são processos formativos relevantes nesse contexto, visto que tais atividades introduzem informações sobre assuntos relacionados à vida

no povoado, como o consumo e a degradação dos espaços, o turismo nos atrativos, a renda da população e a responsabilidade das pessoas.

À guisa de considerações gerais, destacamos que nas concepções e práticas de educação ambiental é enfatizada a valorização de conhecimentos sobre os componentes naturais do espaço, de práticas de sensibilização e conservação dos espaços. Porém, com base no estudo, é possível ponderar que são positivos os aspectos que emergiram nas falas sobre as necessidades de maior participação e discussão por parte da população. Apesar de se tratar de ideias que surgiram entre poucos sujeitos do povoado, apresentam potencialidades para ampliar as ações dos moradores visando a uma vida melhor, no que diz respeito aos fatores socioeconômicos.

Sobre os interesses e a participação dos sujeitos na Vila

Seguimos com o estudo pela análise dos interesses e a participação das pessoas de São Jorge em diálogo com as ideias de empoderamento. A relevância da investigação de tais dimensões está no fato de que elas fornecem indícios sobre as atenções e as ações dos entrevistados, o que corrobora para responder ao estudo que nos propomos. O estudo permitiu-nos delinear três categorias, que se referem aos interesses e à participação voltados para as dimensões: natural do espaço, holística e socioambiental.⁶

Nas reflexões que se seguem, primeiramente discutiremos os interesses manifestados pelos entrevistados e depois tratamos da participação. Nesse sentido, cabe destacar que 73% das pessoas relataram interesses e participação situados nas dimensões naturais do espaço (Gráfico 3).

⁶ Com base nos referenciais assumidos consideramos que os “interesses e a participação voltados para as dimensões naturais do espaço” correspondem àqueles nos quais a atenção e a ação dos sujeitos se relacionam aos componentes naturais, a gestão de resíduos, a preservação e a conservação dos espaços. Os “interesses e a participação voltados para a dimensão socioambiental” dizem respeito às condições de vida, às necessidades de participação da comunidade e às reivindicações. “Interesses e participação voltados para as dimensões holísticas do espaço” referem-se a pretensões de harmonia, equilíbrio, integração entre os seres vivos e sensibilização para nortear a atenção e a ação das pessoas no espaço.

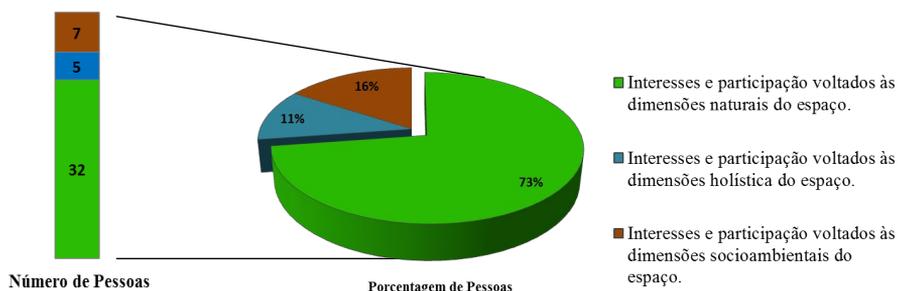


Gráfico 3 - Interesses e participação entre os sujeitos de São Jorge

Fonte: dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

A maior parte dos entrevistados relata que as pessoas apresentam interesses situados nas dimensões naturais do espaço:

[10] Elas têm interesse em saber como é reciclado o lixo [...]. (PAT₇).

[11] Elas têm interesse em questões ambientais. [...] querem saber de clima, de tempo, até de outra região que eu nunca fui. (GT₄).

O estudo ainda mostra que predominam entendimentos reducionistas no lugar (Gráfico 4), prevalecendo perspectivas direcionadas para as dimensões naturais do espaço, o que pouco amplia a influência, ação e decisão das pessoas nos processos que constituem a dinâmica social em São Jorge.

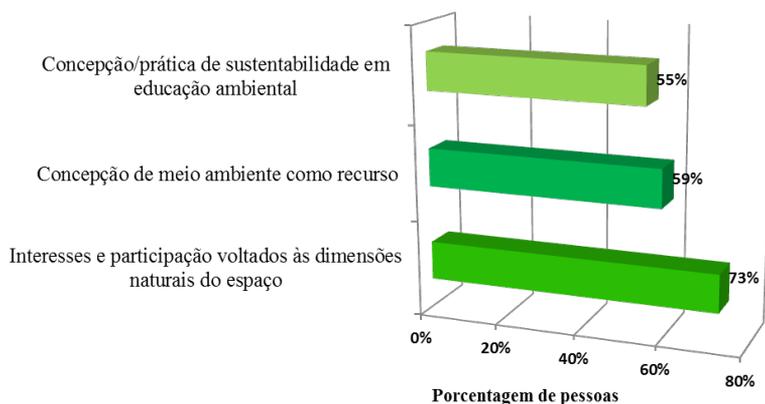


Gráfico 4 - Comparativo entre os Interesses e participação, concepção de meio ambiente, concepções/práticas de educação ambiental entre os sujeitos de São Jorge

Fonte: dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

Os interesses voltados para a dimensão socioambiental do espaço surgiram em uma pequena parcela (16% das pessoas). A esse respeito, acreditamos que os interesses voltados para as dimensões socioambientais da Vila são um aspecto favorável, o que poderia levar ao aumento da consciência crítica e à capacidade de tomar decisões que conduziriam ao empoderamento.

Apesar de ser baixa a participação atual das pessoas nos dilemas do povoado, a análise dos documentos mostrou que São Jorge foi um lugar onde a maioria das pessoas se envolvia em ações organizadas na Vila. Isso ocorreu na década de 1990 e teve influência da WWF como principal fator de estímulo, mediante a promoção, na região, de cursos e projetos que mobilizaram a população. Corrobora para essa interpretação o fato de que foi pelo auxílio financeiro da WWF que surgiram as associações⁷ em São Jorge.

Porém, é importante destacar que a ação das pessoas esteve predominantemente dirigida para os assuntos relativos às dimensões naturais do lugar. A análise das atividades desenvolvidas pelas associações revelou que elas se voltaram mais para o desenvolvimento de ações de “cuidados” com o espaço, principalmente dos atrativos.

Nesse cenário de envolvimento nas associações e nos projetos, consideramos que existiram dois pontos principais, um positivo e um negativo. O positivo correspondeu à própria mobilização da maioria no povoado; o negativo diz respeito ao fato de essa mobilização ter sido direcionada para os componentes naturais do espaço, sem pretender, em sua maioria, questionamentos mais aprofundados sobre os fatores de influência para as adversidades que predominam em São Jorge.

No que diz respeito à atuação vinculada às dimensões socioambientais constatamos que esta foi mais intensa no final da década de 1990, quando grande parte das propostas do Projeto da ONG já estava contemplada e a população teve mais autonomia para organizar atividades de discussão e ações em prol das demandas sociais do povoado.

⁷ As seguintes associações foram criadas na década de 1990 com o financiamento da WWF: a Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACV-CV), a Associação Comunitária dos Moradores de São Jorge (ASJOR) e a Associação dos Pequenos Extrativistas de Flores do Cerrado (ASFLO).

Entretanto, vale destacar que a participação, tal como entendida neste estudo, não foi totalmente alcançada, nem mesmo nessa temporada. O estudo das falas dos entrevistados que remetem a esse período explicita que os problemas foram apenas levantados e apresentados para aqueles que se interessaram. Entendemos que esse processo carecia de mais tempo para a estruturação de estratégias de análise, discussão e envolvimento de um maior número de pessoas.

Atualmente, as associações que foram espaços de dinamização das pessoas estão sucateadas e estiveram praticamente inativas até o ano de 2014. Em 2020 os poucos relatos sobre atividades que se desenvolvem nesse lugar nos permitem inferir que as ações ainda são insuficientes e estão predominantemente relacionadas à dimensão natural do espaço do PNCV.

Porém, vale ressaltar que, no final de 2019, uma nova direção assumiu a ASJOR e reiniciou as atividades da Associação. Essa direção é formada por homens e mulheres jovens que nasceram em São Jorge e, em sua maioria, apresentam grau de parentesco com alguns dos sujeitos do GFOP que estiveram à frente dela em outro momento histórico.

No convívio com essas pessoas, notamos que elas dominam as novas tecnologias de comunicação e que estão informadas sobre fatos políticos que ocorrem no mundo. Muitas delas possuem curso superior de graduação e procuram atualizar-se constantemente em cursos, oficinas e palestras, eventualmente ministrados nas cidades vizinhas.

Pelas conversas e entrevistas foi possível concluir que essas pessoas apresentam posturas questionadoras das situações existentes em São Jorge. Interpretamos que comungam de ideais de colaboração, pois nas conversas afirmaram que um dos principais objetivos da “nova direção” da ASJOR seria envolver as pessoas pela associação na solução dos problemas comuns.

Outro objetivo mencionado pelos coordenadores da ASJOR é desenvolver um trabalho de educação ambiental na Associação, o que significa que eles reconhecem a importância dessa formação e, mesmo admitindo não saber como concebê-la, mostram-se dispostos a esse processo. Desse modo, a associação poderia estruturar os meios para o processo de empoderamento, por intermédio da organização das pessoas na construção coletiva de estratégias para o enfrentamento de situações sociais adversas.

Considerações finais

No estudo que realizamos, apreendemos que a concepção predominante de recurso determina uma inserção social na dinâmica da comunidade que se vincula aos aspectos naturais do espaço. Por serem abstraídas das múltiplas relações sociais, elas contribuem pouco para compreensões mais aprofundadas levando-se em conta as dimensões socioambientais. As demais concepções, ao enfatizarem perspectivas de ambiente como espaço holístico e de sensibilização, relativizam a natureza conflituosa das relações e desconsideram as contraposições necessárias para questionamentos das relações que se estabelecem no povoado.

As ideias que predominam nas concepções/práticas de sustentabilidade em educação ambiental também são perspectivas reducionistas ao natural. Na análise acerca das potencialidades de explicitação ou não das contradições inerentes a esses processos constatamos que eles praticamente não estimulam posturas de questionamentos e intervenção nas condições precárias de vida no lugar.

Em relação a ambas as concepções, chegamos à formulação de que a ênfase no desenvolvimento de posturas ecologicamente corretas é um aspecto limitante para compreensões mais aprofundadas e atuações críticas dos sujeitos nas circunstâncias do povoado. Verificamos que elas delineiam a compreensão da problemática ambiental como decorrente de fatores físicos e biológicos da degradação.

A concepção de ambiente como espaço comunitário é favorável à inserção das pessoas na dinâmica social da Vila, pois colabora para o reconhecimento da Vila como espaço de interesses, remetendo à necessidade de intervenção de todos para uma melhor qualidade de vida. Nesse âmbito, as perspectivas da concepção crítica de educação ambiental contribuiriam para o estímulo da participação. Como são pontos de vistas que explicitam os problemas do povoado e instigam a busca de soluções, trata-se de aspectos que são positivos para o envolvimento das pessoas nas questões sociais.

A análise mostra que os interesses e a participação atuais estão voltados predominantemente para as dimensões naturais do espaço. O estudo da participação dos sujeitos evidenciou que existe uma sinergia de esforços em ações para diminuir a degradação dos locais. A reflexão sobre esses aspectos

levou-nos a conceber que, como os interesses e a participação se direcionam para tais dimensões, o resultado é uma percepção “ecologizada” das dificuldades sociais que apreendemos na análise.

No sentido contrário, um aspecto bastante favorável a outra natureza de participação das pessoas é a reativação da ASJOR com perspectivas voltadas para os problemas sociais do povoado. O intuito de envolver as pessoas em discussões e decisões compartilhadas, bem como o estímulo à reivindicação, é um caminho para o empoderamento da população.

Algumas inquietações sobre as condições de vida que conseguimos apreender manifestam o desejo latente pela ação em prol de mudanças. Ainda que se apresentem em porcentagem reduzida, elas podem favorecer a mais participação da população nos casos que tratamos no estudo. São ideias que pressupõem a intervenção crítica dos sujeitos e que podem ser ampliadas a um maior número de pessoas pela interação com o outro.

De modo simplificado podemos referir que os aspectos que favoreceriam a mais participação da comunidade têm a ver com visões não reducionistas de espaços e interações, com processos que favoreçam entendimentos críticos para a identificação e análise dos fatores que condicionam as situações difíceis de sobrevivência, e com a organização da população para a intervenção nos problemas do povoado.

Referências

ALMEIDA, M. G. de *et al.* Vila de São Jorge e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: os caminhos da geografia passam por lá. *Ateliê Geográfico*: revista eletrônica do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 106-117, set. 2007.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr. 2012.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto, 1994.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, I. C. de M. (Org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. *Revista de Educação Pública*, v. 10, p. 1-20, jul-dez. 2001.

COSTA, N. M. C. da.; COSTA, V. C. da. Educação Ambiental em Unidades de Conservação da Natureza. In: SAITO, C. H.; PEDRINI, A. de G. (Org.). *Paradigmas metodológicos em educação ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DOMICIANO, C. S.; Oliveira, I. J. de. Cartografia dos impactos ambientais no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). *Revista Mercator*, v. 11, n. 25, p. 179-199, maio-ago. 2012.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

FRIEDMANN, J. *Empowerment: the politics of the alternative development*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

GIORDAN, A.; SOUCHON, C. *Une éducation pour l'environnement*. Nice: Les Z'Éditions, 1991. (Collection André Giordan y Jean-Louis Martind, "Guides pratiques").

GOHN, M. da G. Empowerment and community participation in social policies. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.

GOIÁS. Agência Estadual de Turismo de Goiás. Agência Estadual de Turismo de Goiás – Agetur. *Boletim de Arrecadação Turística*. Goiânia: Agetur, 2019.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: MMA. Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004.

GUIMARÃES, M. *Educação ambiental: no consenso um embate?* 5. ed. Campinas: Papirus, 2007.

GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. *et al.* (Org.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. *Problematizando o conceito de empoderamento*. In: Seminário nacional de movimentos sociais, participação e democracia, 2., Florianópolis, 25-27 abr. 2007. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007.

HUNGERFORD, H. R.; VOLK, T. *Investigating and evaluating environmental issues and actins: skill development modules*. Champlain: Stipes Publishing Company, 1992.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 18, p. 189-205, mar. 2003.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. Tradução: Sandra Valenzuela; revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, P. C. A. *As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições, motivações e práticas sociais*. 2013. 215f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) –Universidade de Brasília, 2013.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NARAYAN, D. *Empoderamiento y reducción de la pobreza*. Tradução: Teresa Niño Torres. 1. ed. Banco Mundial em coedição com Alfaomega Grupo Editor. Colômbia: Bogotá, 2003.

PEDRINI, A. de G. Em busca de uma educação ambiental no (eco)turismo brasileiro; um ensaio. In: *Anais do Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação*. Rio de Janeiro, 2005.

PEDRINI, A. de G. Educação ambiental: trajetórias da educação ambiental. In: PEDRINI, A. de G. (Org.). 8. ed. *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O desafio ambiental. In: SADER, E. (Org.). *Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ANATUNES, M.; ROMANO, J. O. (Org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

SAITO, C. H. *et al.* Educação ambiental, investigação-ação e *empowerment*: estudo de caso. *Revista Linhas Críticas*, v. 7, n. 10, p. 31-44, jan.-jun. 2000.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidade e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio-ago. 2005a.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: CARVALHO, I. C. M.; SATO, M. Educação ambiental: possibilidade e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio-ago. 2005b.

SARAIVA, R. C. F. *Tradição e sustentabilidade: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado, na Chapada dos Veadeiros, Vila de São Jorge, GO*. 2006. 320f. 2 v. Brasília, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Política e Gestão Ambiental) –Universidade de Brasília, 2006.

WENDAUSEN, A.; KLEBA, M. E. *Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política*. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.